

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: relatos e reflexões

Juracy Machado PACIFICO¹

Ruth de Lima DANTAS²

Aieska de Souza BRANDT³

Marlene RODRIGUES⁴

Resumo

Este artigo discute o estágio supervisionado e foi motivado pela seguinte questão: quais as contribuições do estágio curricular supervisionado em Educação Infantil para a formação do licenciado em Pedagogia? Objetiva apresentar reflexões produzidas sobre o desenvolvimento do Estágio Supervisionado na Educação Infantil, realizado no âmbito do curso de licenciatura em Pedagogia de uma universidade do Norte do Brasil. Utiliza, como metodologia, a pesquisa documental, baseada nos relatórios finais elaborados pelos estagiários e no Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia. As reflexões foram desenvolvidas a partir do conteúdo descritivo dos relatórios, elaborados e apresentados por ocasião do encerramento da disciplina, e pautaram-se nas dificuldades, contribuições e perspectivas para a formação e atuação docente em Educação Infantil. Os resultados apontam que o estágio possibilitou o aprofundamento e a construção de conhecimentos teóricos e práticos importantes para a formação docente e a atuação na primeira etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação Infantil. Formação docente.

¹ Professora da Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2010) e Mestre em Psicologia Escolar (2000/IP/USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional/UNIR.

E-mail: juracypacifico@unir.br

² Pedagoga, com formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail: ruth.dantas16@gmail.com

³ Pedagoga, com formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

E-mail: aieskapvh@gmail.com

⁴ Professora da Universidade Federal de Rondônia. Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2018). Pesquisadora da área de Educação Especial e de Inclusão escolar de EPAEE. É Membro do Grupo de Pesquisa Educa (UNIR).

E-mail: marlenerodrigues.rodrigues658@gmail.com

SUPERVISED INTERNSHIPS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: reports and reflections

Juracy Machado PACIFICO

Ruth de Lima DANTAS

Aieska de Souza BRANDT

Marlene RODRIGUES

Abstract

This article presents a discussion of supervised internships motivated by the following question: what are the contributions of the curricular supervised internships in Early Childhood Education for Pedagogy licentiate students? It aims to introduce reflections on the development of the Supervised Internship in Early Childhood Education, carried out within the scope of the licentiate course in Pedagogy of a university in the North of Brazil. It uses, as a methodological framework, archival research based on the final reports elaborated by the interns and on the Curricular Pedagogical Project of the Pedagogy Course. The reflections were developed having as starting points the descriptive content of these reports, elaborated and presented at the ending of the discipline, and were based on the difficulties, contributions and perspectives for the formation and teaching in Early Childhood Education. The results indicate that internships allow for deeper insight and the construction of theoretical and practical knowledge, which are important for teacher training and performance in the first stage of Basic Education.

Keywords: Supervised internships. Early childhood education. Teacher training.

Introdução

As reflexões sobre o processo de estágio na Educação Infantil realizado com estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia foram suscitadas a partir da experiência de docentes e de alunas do curso. Destaca-se que o Estágio Supervisionado em Educação Infantil é um componente curricular obrigatório da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia, pelo qual os estudantes são levados a conhecer os espaços escolares, vivenciando a realidade educacional e sociocultural da instituição e de seu público estudantil.

A pesquisa partiu da seguinte questão: quais as contribuições do estágio curricular supervisionado em Educação Infantil para a formação do licenciado em Pedagogia? O artigo objetiva, portanto, apresentar reflexões produzidas sobre o desenvolvimento desse componente curricular, a partir do conteúdo descritivo de relatórios elaborados por alunos e alunas do curso e apresentados por ocasião do encerramento da disciplina.

O estágio é o momento em que o estudante vivencia, por um tempo mais prolongado as especificidades do trabalho cotidiano da escola e da sala de aula. O estágio em Educação Infantil, no Curso de Pedagogia de uma universidade do Norte do Brasil, é o primeiro dos quatro momentos de estágios desenvolvidos, em que alunos e alunas iniciam-no sem muita certeza do quanto esse momento implicará em seu processo formativo. Uma vez concluído, relatam a sensação de que, sem esse momento, o processo formativo não seria completo, considerando que é no estágio curricular obrigatório que vivenciam aspectos fundamentais: a vivência contínua, prolongada e por completo, que envolve os processos de cuidar e educar; o planejamento; a cultura escolar; os espaços e ambientes; os materiais; a avaliação; precisando tomar decisões em função das ações a realizar e interagindo com a comunidade interna e extraescolar.

Nosso desejo é o de que este texto promova reflexões e contribua com o período que antecede o planejamento para o desenvolvimento do estágio na Educação Infantil.

Método

O estudo foi realizado a partir da pesquisa documental, analisando os seguintes documentos:

- a) 18 relatórios finais elaborados pelos acadêmicos e acadêmicas concluintes da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Infantil, no primeiro semestre de 2017;
- b) o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia de uma Universidade do Norte do Brasil.

Faremos, inicialmente, uma breve apresentação do histórico dessa disciplina no curso de Pedagogia da instituição pesquisada, incluindo uma apresentação da estrutura, da operacionalização e das bases legais do estágio supervisionado em Educação Infantil proposto pelo Curso de Pedagogia. Após, serão destacados excertos das reflexões

produzidas por alunos e alunas (estagiários) e descritas nos relatórios finais elaborados por eles/elas como requisito obrigatório para conclusão do componente curricular.

Para a análise, foram lidos os relatórios com o objetivo de localizar informações sobre possíveis dificuldades para o desenvolvimento do estágio, bem como sobre as contribuições e perspectivas para a formação e a atuação do/a futuro/a docente. Apresentamos, em seguida, reflexões sobre o que consideramos necessário ao desenvolvimento do estágio, tendo como basilares os referenciais teóricos do campo da educação infantil, bem como as experiências das alunas e dos docentes.

A docência na Educação Infantil

O que é ser professora da Educação Infantil? Como os estágios têm contribuído para a docência na educação infantil? Quais os desafios enfrentados pelo professor e pela professora no exercício da docência? Essas questões, por vezes, permeiam o universo das escolas de educação infantil e também os cursos de formação e, portanto, chamam a atenção de vários estudiosos que têm discutido e problematizado sobre a docência na educação Infantil.

Na área da Educação, dentre as pesquisas nacionais, muitos estudos discutem as questões acima apontadas. É o caso das seguintes pesquisas: as relacionadas ao trabalho com bebês, apresentadas por Guimarães e Arenari (2018), Barbosa (2010) e Machado e Rodrigues (2018); as que abordam a profissão de professoras de educação infantil (SILVA, 2013); as que apontam as deficiências dos cursos de formação, dentre as quais citamos Gatti (2009). Destacamos, ainda: Rinaldi (2012), com estudos sobre a pedagogia das relações; Kramer (2006), que discute sobre a infância; Machado e Rodrigues (2018), que apontam conhecimentos importantes para a profissão; Chisté (2018), que se manifesta em torno de uma formação pautada na infância. Tais pesquisadores e pesquisadoras e tantos outros, renomados e com importantes pesquisas, têm ampliado o debate sobre a especificidade da docência com crianças pequenas e sobre os atos de cuidar e educar, indicando a necessidade de repensar a prática pedagógica existente e da revisão dos cursos de formação.

As proposições de Silva (2013, p. 31) sobre o significado da profissão de professora da educação infantil indicam que “ser professora da Educação Infantil significa pertencer ao conjunto dos professores dos nossos sistemas de ensino como categoria profissional única”. E cada etapa da educação tem seus modos de funcionamento e exige uma formação específica. Ou seja, “as práticas profissionais caracterizam-se pela articulação entre as finalidades sociais da etapa da educação a que se referem com as necessidades e demandas dos sujeitos – crianças, adolescentes ou adultos atendidos.” (SILVA, 2013, p. 32)

Neste contexto, a formação de professores se insere como parte importante e determinante para a consolidação dessa profissão. Sobre isso, Gatti (2009) alerta que os cursos de formação de professores apresentam muitas deficiências, sobretudo aquelas relacionadas às questões próprias da relação professor-criança e às metodologias que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento. Nessa direção, consideramos que o conhecimento sobre a infância e sobre o jeito de ser das crianças, sobre a cultura da infância, sobre a sua relação com o mundo, sobre como apreendem o mundo constituem saberes necessários para ser um professor ou professora da Educação infantil.

Conhecer a infância e as crianças favorece que o humano continue sendo sujeito crítico da história que ele produz (que o produz). Sendo humano, esse processo é marcado por contradições: podemos aprender com as crianças a crítica, a brincadeira, a virar as coisas do mundo pelo avesso. Ao mesmo tempo, precisamos considerar o contexto, as condições concretas em que as crianças estão inseridas e onde se dão suas práticas e interações. (KRAMER, 2006, p. 17)

Rinaldi (2012) afirma que a Pedagogia na Educação Infantil constitui uma pedagogia das relações. Nesse sentido, cabe lembrar os trabalhos de Guimarães e Arenari (2018), Guimarães (2011) e de Barbosa (2010), que problematizam as relações dos adultos com as crianças e das crianças entre elas mesmas em espaços coletivos, como são as creches e pré-escolas.

Os bebês possuem um corpo onde afeto, intelecto e motricidade estão profundamente conectados e é a forma particular como estes elementos se articulam que vão definindo as singularidades de cada indivíduo ao longo de sua história. Cada bebê possui um ritmo pessoal, uma forma de ser e de se comunicar. (BARBOSA, 2010, p. 2)

Portanto, percebe-se o quão necessário é ter a compreensão e os saberes para o desenvolvimento de ações pedagógicas a serem mobilizadas com as crianças dessa faixa etária de zero a três anos.

Deve, a professora da Educação Infantil, ser uma mediadora entre a criança e o conhecimento, mas é preciso compreender que a infância deve ser vista e entendida como um tempo que precisa ser vivido de maneira a possibilitar as interações e a apropriação de conceitos, dos códigos sociais e de diferentes linguagens.

Nesse processo é preciso considerar que as crianças necessitam envolver-se com diferentes linguagens e valorizar o lúdico, as brincadeiras, as culturas infantis. Não se trata assim de transmitir à criança uma cultura considerada pronta, mas de oferecer condições para ela se apropriar de determinadas aprendizagens que lhe promovem o desenvolvimento de formas de agir, sentir e pensar que são marcantes em um momento histórico. (OLIVEIRA, 2010, p. 5)

Machado e Rodrigues (2018, p. 60) destacam a “necessidade de um profissional que conheça as especificidades do trabalho a ser desenvolvido nessa faixa etária e que conceba o cuidar e o educar como atos indissociáveis.” Nesse sentido, o estágio contribui de forma sistemática para a promoção de experiências que auxiliam a construção desse conhecimento nessa formação e, conseqüentemente, na prática docente.

A prática docente na Educação Infantil é, em parte, influenciada pelas experiências vivenciadas pelos estudantes durante o estágio supervisionado ofertado na formação de professores, por isso chamamos a atenção para o fato de que

Talvez a infância nos ajude a pensar na possibilidade de uma formação docente que seja infantil, uma formação de professores da infância. Uma formação de professor, que sendo infantil, não pretende representar, nem apresentar sua função, que não fecha questão sobre qualquer assunto, que não cria espaços onde verdades cristalizadas circulam, que não dita regras, nem modos de pensar e caminhos a seguir. Que fuja da docilização dos corpos e dos corpos produtivos. Mas que abra linhas de fugas, inúmeras possibilidades, modos de afetação, que se desloque, desnuda-se, que enxergue as crianças, as professoras, suas singularidades, suas potências, que enxergue, veja, se mobilize, se afete com a própria infância das coisas, com a nossa infância, com a nossa condição infante. Uma formação de professor que fuja dos modelos dados, de um devir definido, de uma infantilização docente. Que escape às rédeas da formação definida e faça surgir uma formação inusitada, que nos tira dos lugares comuns e previstos, para que assim possamos nos abrir aos atravessamentos, às afetações, aos acontecimentos, às experiências. Isso nos parece indicar algo mais potente do que pensar no alguém que pode saber ou pode aprender em um curso ou um programa de formação. (CHISTÉ, 2019 p. 53)

Nossas práticas pedagógicas de formação para a Educação Infantil têm se consolidado como fonte importante para repensar o que já existe e propiciar novas abordagens no âmbito das salas de aulas. O Estágio Supervisionado representa uma oportunidade para a compreensão e transformação das atividades de ensino e de aprendizagem, tanto na Universidade como na escola de educação Infantil.

Estágio Supervisionado em Educação Infantil no Curso de Pedagogia da UNIR: conceito, histórico e aspectos legais

As Universidades contam com uma regulamentação desde o ano de 1931, quando foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras. A partir desse estatuto, foi estabelecido o Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que tratava sobre a Faculdade Nacional de Filosofia. Essa faculdade, por sua vez, oferecia um curso de Pedagogia, de três anos, que formava o bacharel. O mesmo Decreto incluía um curso de Didática, com duração de um (01) ano, destinado à formação de docentes para o exercício do magistério nas redes de ensino. No período que compreende os anos de 1950 e 1970, várias universidades federais foram criadas no Brasil.

A primeira LDB brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁵ nº 4024, de 1961, foi aprovada sem alterações e novidades para a formação de professores. Nela encontramos a palavra estágio somente nos artigos 63, 64 e 68, mas as ocorrências não se referem ao estágio curricular supervisionado visando a formação de professores.

⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: junho de 2018.

Em 1962, o Parecer nº 292, do Conselho Federal de Educação, deliberou sobre a prática de ensino na forma de Estágio Supervisionado. Antes da proposição desse parecer, a prática de ensino, quando realizada, era desenvolvida em colégios de aplicação vinculados às Faculdades de Filosofia. Tratando da prática de ensino como um componente curricular mínimo a ser cumprido por todos os cursos de formação de professores, a Resolução proposta pelo Parecer 292, de 14 de novembro de 1962, dispõe o que se segue, transcrito na íntegra:⁶

Parecer nº 292: Fixa a parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura.

O Conselho Federal de Educação, usando da atribuição que lhe conferem os art. 9º, letra e, e 70 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e nos termos do Parecer número 292 que a esta fica incorporada,

Resolve:

Art. 1º. - Os currículos mínimos dos cursos que habilitam ao exercício do magistério em escolas de nível médio, abrangerão as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas:

1. Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem.
2. Didática.
3. Elementos de Administração Escolar.

Parágrafo único. É também obrigatória, sob a forma de estágio supervisionado, a Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional.

Art. 2º. Ao curso de Pedagogia aplica-se apenas, desta Resolução, o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

O Parecer nº 252/1969, da Comissão Central dos Currículos, do Conselho Federal de Educação, aprovado em 11 de abril de 1969, propôs a revisão dos Currículos para o Curso de Pedagogia e estabeleceu a necessidade do estágio supervisionado com, pelo menos, 5 % (cinco por cento) da carga horária dos cursos tratados no mesmo Parecer.

Art. 6º. - Será sempre obrigatória, sob a forma de estágio supervisionado, a prática das atividades correspondentes às várias habilitações, abrangendo pelo menos 5 % (cinco por cento) da duração fixada para o curso em cada caso.

Parágrafo único - Além do estágio previsto neste artigo, exigir-se-á experiência de magistério para as habilitações em Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar.⁷

No ano de 1975 o Conselho Federal de Educação (CFE), hoje Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu que a formação de professores para a atuação nas séries iniciais⁸ fosse realizada em cursos superiores. Porém, o dispositivo citado não se referiu aos cursos de Pedagogia. O lapso de ordenamento causou indignação entre os educadores, pelo distanciamento das legislações em relação à realidade educacional. Com isso, os educadores brasileiros se mobilizaram, resultando em dois movimentos que intervieram no

⁶ BRASIL. Conselho Federal de Educação. Documenta nº 10. Brasília: MEC, 1962, p. 100-101.

⁷ BRASIL. Conselho Federal de Educação. Documenta nº 100. Brasília: MEC, 1962, p. 101.

⁸ Hoje a denominação para são *Anos iniciais do ensino fundamental*.

processo de reformas dos cursos de formação de professores: o de revitalização do Ensino Normal e o de reformulação dos Cursos de Pedagogia.

A intensificação das discussões sobre a formação de professores nos cursos de Pedagogia possibilitou que esse tema fosse contemplado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394, de 24 de dezembro de 1996, que também previu a criação de Institutos Superiores de Educação, semelhantes às universidades, que tratariam da formação de professores para a atuação na educação básica e, principalmente, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nos seus artigos 61, 62, 65 e no artigo 82, a LDB nº 9394 aponta a necessidade de teorias e práticas e faz referência ao estágio. Estabelece que os sistemas de ensino definirão, em sua jurisdição, as normas de realização do estágio. No ano de 2008, o artigo 82 foi alterado, passando o desenvolvimento do estágio a ser orientado pela Lei nº 11.788, de 2008 (BRASIL, 2008).

Com as disposições da LDB nº 9394, de 1996, tem-se uma melhor explicitação sobre as características e diferenciação das práticas de ensino e do estágio supervisionado para os cursos de formação de professores. Mas foi com o parecer nº 28, de 02 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001), que se encerrou a confusão relativa às cargas horárias exigidas nas legislações que o precederam, conforme o disposto no Art. 1º:

Art. 1º. - A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II- 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso.⁹ (BRASIL, 2001)

Em 2005, o Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁰ propôs uma resolução que instituiu as diretrizes para o curso de Pedagogia. A proposta do CNE foi homologada pelo Ministro da Educação e objetivada na Resolução nº 1, de 2006, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2006), que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciatura. A resolução aponta que o curso de Pedagogia deve ir além das aulas ofertadas. Deve ocorrer uma consolidação na formação do acadêmico por meio de práticas, de trabalho de campo, monitoria, estágio supervisionado curricular, pesquisa de extensão, participação em eventos e atividades científicas.

Um ponto importante a ser destacado é que essas diretrizes determinavam os procedimentos das atividades do estágio. Os estágios deveriam contar com, no mínimo, 300 horas, distribuídas entre estágios de Educação Infantil – anos iniciais e outras modalidades – em conformidade com o projeto político pedagógico da instituição.

⁹ Disponível em: <https://cref1.org.br/media/uploads/2017/05/Parecer-CNE-CP-28-2001.pdf>

¹⁰ Anteriormente denominado Conselho Federal de Educação (CFE).

Art. 7º. - O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos; II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição; III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da iniciação científica, da extensão e da monitoria. (BRASIL, 2006)

Vale destacar, novamente e mais explicitamente, a Lei nº 11.788, de 2008, que define regras para os estágios na formação profissional. Aprovada pelo Congresso Nacional, revoga a Lei nº 6.494/77 e altera o Art. 82 da LDB de 1996, no que se refere ao estágio, definido no Art. 1º:

Art. 1º. - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

Essa lei estabelece o estágio como um componente do projeto pedagógico do curso, podendo ocorrer de maneira obrigatória e não obrigatória. Também destaca que o estágio deve ser supervisionado por um professor orientador indicado pela instituição. Esse professor orientador, por sua vez, deve acompanhar, avaliar as atividades e também exigir um relatório final sobre o percurso do estágio. Percebe-se que a Lei nº 11.788/2008 trouxe alguns avanços relacionados à concepção do estágio, na formação e no delineamento das responsabilidades das partes envolvidas.

Em 1º de julho de 2015 foi homologada a Resolução nº 2, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados, cursos de segunda licenciatura e, explicitamente, o curso de Pedagogia) e para a Formação Continuada. Essa Resolução define que as instituições que oferecem curso de Pedagogia deverão assegurar, aos acadêmicos, diversas modalidades de práticas de docência, de maneira que as atividades o insiram na realidade que irá atuar. Vale destacar o Art. 13, inciso II, dessa resolução, que ampliou, de 300 para 400 horas, a duração do estágio no Curso de Pedagogia. A Resolução também enfatiza que a prática pedagógica durante o curso não poderá ser confundida com o período de estágio. A prática deverá acontecer durante todo o curso, em momentos tanto *a priori* quanto *a posteriori* ao estágio, sem se encerrar com ele. O estágio é o período em que o aluno e/ou aluna iniciará o exercício profissional, mas ainda como estagiário, tendo a supervisão de professores regentes, nas escolas, e de docentes da instituição formadora. No estágio, realizam-se ações e atividades inerentes ao futuro exercício da profissão.

Com a alteração de alguns aspectos da legislação voltada para a formação de professores, a Universidade da Região Norte, apontada neste artigo, precisa fazer ajustes no currículo do Curso de Pedagogia - licenciatura, pois vem atendendo ao estabelecido na Resolução CNE/CP Nº 1, de 2006, mas não atende a alguns aspectos da Resolução nº 2/2015-CNE/CP. No entanto, já vem discutindo a reformulação de seu Projeto Pedagógico, com vistas a atender a legislação vigente, em especial quanto à carga horária do estágio supervisionado.

O curso de Pedagogia da Universidade da Região Norte inicia o estágio supervisionado no 5º Período, sendo o Estágio Supervisionado em Educação Infantil o primeiro a ser realizado, conforme sua matriz curricular. Estrutura-se em torno de uma disciplina com carga horária de 80 horas. Conforme ementa da Disciplina, o objetivo do estágio é proporcionar aos alunos práticas docentes que envolvam planejamento, desenvolvimento e avaliação das rotinas escolares e semanais, e que o aluno tenha a oportunidade de vivenciar a docência na Educação Infantil, em creches e Pré-escolas, proporcionando aprofundamento de seus estudos, experiências e a utilização de recursos pedagógicos.

O estágio supervisionado é atividade que consiste em promover a formação profissional na docência específica e realizada no campo próprio de atuação do pedagogo. Consistirá em prática supervisionada, porém independente por parte do formando, com vistas a produzir capacidade de respostas diante das situações profissionais docente, em campo e espaços de atuação concretos. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, 2013, p. 43).

A disciplina tem início com a definição de um cronograma que poderá ser ajustado conforme as ocorrências em seu processo de desenvolvimento. Os alunos e alunas são organizados em duplas para o processo de observação, participação e regência/docência. O trabalho em dupla não significa facilidade, pelo contrário, uma defesa da docente da disciplina e que no estágio precisa ser materializada: na educação infantil, dada suas especificidades, são necessárias duas professoras por turma (duas professoras, mesmo, e não uma auxiliar que cuida e uma professora que faz o trabalho pedagógico), formadas em Pedagogia e capacitadas continuamente.

A observação e participação são simultâneas, pois o estagiário e a estagiária não deverão ficar na sala somente registrando o percebido, mas devem estar prontos para cooperar com a professora da turma, ajudando no que for possível, participando da prática de sala de aula, efetivamente, na condição de ainda aprendizes e de investigadores, de observadores, como estagiários reflexivos. É um momento primoroso de coleta de dados para elaborar o projeto didático e refletir sobre o seu desenvolvimento. Isso implica diversos saberes, já construídos nas teorias e práticas durante as demais disciplinas do curso e que devem ser mobilizados e transpostos para as situações didáticas observadas.

É no estágio que os estudantes defrontam-se pela primeira vez com a necessidade de tradução das teorias estudadas ao longo do curso ao exercitarem-se em ensaios na prática pedagógica, num esforço de articulação entre teoria e prática, sem com isso negar as suas

especificidades, considerando que a realidade educacional é sempre mais rica e complexa que as teorias que temos acerca dela. (AGOSTINHO, 2016, p. 52).

Para a realização do estágio, primeiramente, os alunos recebem ofícios carimbados pelo Departamento de Ciências da Educação para dirigirem-se às instituições escolares definidas pela coordenação do estágio. Após definidos os campos de estágios para todas as duplas, é necessário que se faça um planejamento dos dias em que frequentarão a escola (dias de observação e participação e dias de regências/docências). A partir daí, iniciam o processo de elaboração de dois projetos didáticos que serão desenvolvidos no período de regência: um para creche e outro para a pré-escola. A orientação é que, no projeto didático, as atividades propostas considerem os eixos norteadores da Educação Infantil, conforme proposição da Resolução 05, de 17 de dezembro de 2009: as interações e as brincadeiras (BRASIL, 2009). Além disso, toda a Resolução 05, de 17 de dezembro de 2009, e seus fundamentos teóricos são estudados e vivenciados antes do período de estágio, nas disciplinas de Fundamentos e Práticas de Educação Infantil I e II. Há, ainda, a recomendação de que sejam produzidos materiais com o intuito de estimular a curiosidade e a imaginação das crianças.

Após os projetos didáticos serem lidos, orientados, passando por melhorias com as observações da coordenadora do estágio, e os alunos e alunas receberem a autorização da coordenadora do estágio para desenvolvê-los, inicia-se o período de regência/docência na Educação Infantil. O período do estágio tem sido assim distribuído: visita inicial às escolas e recebimento do termo de aceite do/a estagiário/a; quatro encontros de quatro (04) horas de observação e participação em cada turma (uma turma de creche e outra de pré-escola), o que corresponde a 32 horas, sendo 16 horas em cada turma; quatro encontros de regência (turma de creche e pré-escola), com duração de, no mínimo, quatro (04) horas a cada encontro, correspondendo também a 32 horas, sendo 16 horas na creche e 16 horas na pré-escola, período em que os estagiários e estagiárias assumem a função de docentes da turma e as professoras regentes somente acompanham e auxiliam em caso de necessidade.

O acompanhamento é realizado pela professora da universidade, coordenadora do estágio, e pelas professoras das turmas em que estão os estagiários. Ao concluírem os estágios, as professoras das turmas de Educação Infantil fazem uma avaliação do processo, em formulários próprios, entregues a elas pela coordenadora da universidade. Esses formulários são devolvidos para a coordenadora da disciplina Estágio Supervisionado na Educação Infantil, da Universidade.

Após o término do período de regência, é imprescindível que as duplas produzam um relatório reflexivo apontando as características do espaço escolar, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras das turmas, as reflexões sobre as práticas e as experiências deles próprios, a partir do desenvolvimento do estágio nas turmas da creche e

das pré-escolas, bem como sobre as contribuições do estágio para a formação docente. As reflexões devem ser produzidas considerando as descrições dos momentos e experiências vivenciadas, devendo explicitar a construção de conhecimentos pedagógicos relacionados aos currículos e às práticas.

Com isso, e a partir desses relatórios produzidos na disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil e de nossa participação no estágio, apresentamos algumas reflexões produzidas sobre o desenvolvimento desse componente curricular. Dos relatórios, reunimos alguns excertos que destacam as dificuldades, as contribuições e as perspectivas para a formação e atuação docente para/na Educação Infantil.

Reflexões sobre o estágio em Educação Infantil

Nossas reflexões partiram da experiência com a disciplina, mas também analisamos relatórios finais do estágio em educação infantil, disponíveis no acervo de documentos da coordenadora do estágio na universidade e, deles, destacamos dois eixos para a discussão neste artigo: as dificuldades e as contribuições apontadas pelos/as acadêmicos/as.

Os/as estagiários/as registraram, como contribuições do estágio para a formação docente e posterior atuação na etapa da Educação Infantil, a possibilidade de repensarem as suas concepções e práticas pedagógicas, bem como a aproximação com a realidade da profissão escolhida:

Acreditamos na importância da realização da atividade de estágio para nossa formação, pois é o ponto de partida para vivenciar, na prática, as experiências da sala de aula e como parte integrante de uma comunidade escolar. (Relatório 1)

Nesse processo também é que podemos perceber o quanto é importante não a formação inicial como suficiente para sermos docentes competentes, mas que é necessário estarmos em contínua aprendizagem – buscando a formação continuada. (Relatório 2)

Conviver com os alunos durante esses dias nos reforçou a ideia que ambos, o professor e aluno, são detentores de conhecimento, e que o professor toda vez que entra em uma nova sala de aula é sempre um aprendiz, sempre temos algo de novo para aprender, uma vez, que as crianças pequenas são extremamente inteligentes. (Relatório 3)

Através das práticas aprendemos também que as atividades podem ser reinventadas e que precisamos adequar à necessidade e dificuldade do aluno. (Relatório 4)

Por isso, o planejamento é essencial para todas as atividades, no qual em conjunto com a coordenação pedagógica, estimulando o professor a se qualificar e proporcionar mudança no seu cotidiano escolar. (Relatório 5)

A realização do estágio supervisionado na educação infantil nos proporcionou um grande conhecimento e contribuição para nossa formação acadêmica e futuramente profissional, pois nos possibilitou ver como é a realidade, fazer um planejamento didático, posteriormente observá-lo saindo do papel para a prática na sala de aula. (Relatório 8)

Outra contribuição significativa, foi a experiência prática: saber lidar com a criança real e não a criança ideal, ter aproximação da realidade em que atuaremos e saber se é esse segmento que queremos ou não seguir. (Relatório 10)

Percebe-se que os excertos vão ao encontro dos estudos bibliográficos que realizamos, pois eles apontam que o estágio contribui, significativamente, para a formação do professor, por proporcionar novas experiências e saberes sobre o ofício. Além de contribuir para o desenvolvimento crítico, “[...] O estágio proporciona ao educando adotar um olhar de educador em relação às questões do exercício da profissão relacionadas à docência.” (BARBOSA, 2009, p. 1)

O estágio é planejado para a preparação dos/as estagiários/as para a vida futura de professor/a e amplia a formação acadêmica, pois favorece o diálogo entre os diferentes saberes que norteiam a ação docente (PIMENTA, 2009). As novas tecnologias, dentre outros avanços da sociedade, pedem por um novo profissional, preparado para atender as necessidades de uma realidade que cada vez exige mais. Com isso, também os/as profissionais da educação infantil, tanto no exercício da docência como de outras funções dentro da instituição, precisam de conhecimentos relevantes sobre as novas tecnologias de informação e comunicação, hoje aliadas da ação pedagógica escolar.

Além das contribuições apontadas pelos/as estagiários/as, aparecem também as dificuldades. No entanto, dos relatórios lidos, apenas um explicita a dificuldade em relação ao tempo de realização das atividades:

No momento da regência encontramos algumas dificuldades no que diz respeito ao tempo, no primeiro dia de aula, contudo, conseguimos com essa dificuldade reorganizar o planejamento nos dias seguintes. (Relatório 2)

Isso nos remete à necessidade de maior conhecimento sobre as crianças e sobre a realidade da turma, pois percebemos a preocupação em conciliar o tempo e as atividades em um determinado intervalo. Com isso, é preciso que o estagiário e estagiária reflitam sobre a organização do espaço e a definição do tempo para as propostas de atividades com as crianças. Esse é um conhecimento fundamental na docência da educação infantil.

Outro relato nos remete a pensar em como reverter tais dificuldades:

Dificuldades foram encontradas, porém essas mesmas dificuldades nos levaram a pensar sobre de que forma devemos trabalhar, que procedimentos utilizar e perceber também que as crianças precisam de um tempo e um preparo para que se adaptem a certas atividades e que nem sempre todo método é adequado, porém pode ser ajustado conforme a necessidade da criança. (Relatório 4)

Algo nos preocupou na afirmação, mas isso também precisa ser melhor explorado, que é o fato do excerto apontar que “[...] as crianças precisam de um tempo e um preparo para que se adaptem a certas atividades [...]”. É preciso pensar sobre a ideia de adaptação da criança. De que estamos falando quando dizemos adaptação das crianças de Educação Infantil? Em que “adaptar-se” contribui com a formação de sujeitos autônomos e criativos?

Isso aponta para os percursos formativos do licenciando, para algo que ainda precisa ser superado em sua formação teórica e prática.

Diante do exposto, é importante refletir se as dificuldades apresentadas não estão relacionadas com a própria forma como o currículo do curso é pensado, ou seja, em disciplinas que se encerram no semestre. Mas, por outro lado, cada estudante constrói um processo formativo. De todo modo, algo ou sua intensidade precisa ser revisto. Talvez a revisão da proposta de formação, a forma de acompanhamento para que, nesse percurso, os estudantes licenciandos consigam a materialização de um currículo elaborado a partir da concepção de criança já proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Aspectos a serem considerados na ação prático-reflexiva envolvida na concretização das atividades formativas

Após as experiências com o Estágio Supervisionado em Educação Infantil, tecemos algumas reflexões que vêm sendo consideradas no processo formativo do aluno e da aluna do curso de Pedagogia de uma Universidade do Norte do Brasil.

Vimos, nos estudos realizados e, também, em alguns excertos dos relatórios, que o Estágio supervisionado é um momento não somente de aplicação, mas, principalmente, de pesquisa e reflexão sobre a prática pedagógica. A tríade ação-reflexão-ação deve ser uma constante nesse processo. Ana Beatriz Cerisara, Alessandra Mara Rotta de Oliveira, Andréa Simões Rivero e Rosa Batista (2002, p. 4-5), ao refletirem sobre o estágio na educação infantil, consideraram que ele implica em “[...] estagiários e professores, [...] envolvidos no processo de observação, registro e reflexão acerca do cotidiano vivido pelas crianças pequenas no espaço da creche. Mais do que a atividade, teríamos a criança como foco [...]” Ainda, para esses autores,

[...] os professores das instituições estariam na posição de observadores e investigadores dos jeitos de ser criança neste espaço de educação e cuidado de meninos e meninas de 0 a 6 anos de idade.¹¹ Os estagiários e professores, agindo como pesquisadores, partilhariam suas impressões sobre a realidade captada, descobrindo diferentes olhares sobre uma mesma situação, e talvez formassem diferentes proposições para ampliar os repertórios culturais dos grupos infantis de forma individual e coletiva. Este processo envolve a construção de um espaço efetivo de compartilhamento de diferentes olhares e saberes sobre as crianças pequenas. (CERISARA; OLIVEIRA; RIVERO; BATISTA, 2002, p. 5)

Concordando com a autora, o estágio não deverá ter caráter aplicativo, prescritivo e normativo das práticas de educação e cuidado das crianças da educação Infantil. Seria um momento muito mais de formulação de questões do que de já ter todas as respostas.

¹¹ Atualmente, a Lei 13.306/2016 alterou o art. 54 da Lei nº 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, desta forma, o atendimento em creche e pré-escola passou a ser destinado às crianças com idades entre 0 a 5 anos.

É no período de estágio, possibilitado pelo tempo prolongado de permanência na escola (o futuro local de trabalho dos, hoje, estagiários) que somos colocados a tomar decisões e que, nesse mesmo momento, mas antecedido por vivências de práticas realizadas nas várias atividades formativas do curso (nas disciplinas, pesquisa e extensão), que teremos condições de tomar decisões mais e mais acertadas e, com isso, também formular questões para serem respondidas, posteriormente, sempre com mais pesquisas e observações, fazendo sempre valer a tríade ação-reflexão-ação.

Hoje, temos mais condições de afirmar que a pesquisa-ação é uma grande aliada do trabalho pedagógico do professor e da professora, também na Educação Infantil. Temos sempre bons motivos para pesquisar a prática pedagógica e nela intervir e, a partir da intervenção produzida, novamente, avaliar o trabalho realizado. A pesquisa pode ser o ponto contínuo da reflexão sobre as práticas pedagógicas e, portanto, dos estágios, pois os dilemas do dia a dia escolar estão presentes e permeiam as relações pedagógicas a todo momento. Conforme o *Dicionário Online de Português*,¹² **dilema** é um substantivo masculino e significa “Circunstância árdua e de difícil resolução em que é necessário escolher entre duas opções contraditórias, contrárias ou insatisfatórias; escolha excessivamente difícil. [Lógica] Raciocínio cuja conclusão se efetiva a partir de alternativas ou premissas contraditórias e mutuamente excludentes.” Outros sinônimos são apontados como: problema, perplexidade, hesitação, indecisão, dúvida, impasse, dubiedade.

Em nosso caso, chamamos de dilemas as situações que, individuais ou coletivas, requerem tomada de decisão nem sempre tão óbvias. Um exemplo muito simples de dilema, e muito comum, é aquele em que uma criança que, pela situação de carência material e financeira, não tem um lápis diferente para usar, mas percebe esse objeto com o seu colega de sala. É provável que peça ao colega para lhe dar/emprestar, mas é também possível que o colega não o empreste ou dê, e diz que aquele objeto, tão importante, agora, para a colega, pertence somente a ele, que o objeto (o lápis) é seu. Com essa situação, é possível que fique triste a criança que não dispõe do objeto desejado e, por isto, poderá tomar muitas decisões: bater no colega, beliscá-lo, empurrar o objeto para o chão da sala, chorar, pegar escondido e levar para sua casa etc. E, nesses casos, como ajudar a resolver, de uma forma que não seja injusta? Como resolver ou ajudar a resolver: sem dar “jeitinho”?; sem ser legalista ao extremo?; sem olhar para a criança que não tem o lápis com pena?; sem olhar para a criança com o lápis considerando-a egoísta?; sem desconsiderar a necessidade da criança e o seu desejo pelo lápis?: e, por outro lado, sem tratá-la como alguém a quem se deve “ficar de olho”?; sem considerar as atitudes de um e de outro colegas como comuns e, por isso, concluir que nada precisa ser feito? Isso poderá ser um dilema, pois, sem atenção e reflexão, o docente, dentro da sala de aula, corre o risco de ser unilateral.

¹² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dilema>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Ainda que o cotidiano escolar e da sala de aula sejam permeados de constantes dilemas, geralmente, precisamos de bom senso e ele não nasce com a gente, mas vai sendo construído e formado pelo conhecimento, pelas vivências históricas e pelo envolvimento com as questões sociais, econômicas, políticas e humanitárias de uma sociedade em uma localidade. Nesse sentido, o bom senso chega a ser perigoso, mas precisamos dele em nossas ações e decisões. O que chamamos de bom senso não há como ser descrito em receitas, mas constrói-se pelas nossas vivências e pelos princípios (morais, éticos, humanos, didáticos, profissionais) que construímos ao longo das vivências familiares, na convivência social, durante o período de formação, na prática profissional, pelas reflexões e discussões com teóricos e com as experiências de outrem, que fundamentam nossas ações. Se não temos esse bom senso, podemos tomar decisões meramente legalistas ou movida por emoções ou, o que é pior, fundamentada em senso comum, que geralmente privilegia as práticas mais comuns (a premissa de que “sempre foi assim” ou “essa sempre foi a decisão tomada nesses casos”) e não as mais humanas, razoáveis e éticas.

Os estudos de Silva (2013) nos auxiliam quanto a pensar sobre o significado de ser professora da/na educação infantil, ou seja, trata-se de uma “categoria profissional única”; em que as atitudes da professora não podem representar um perigo ao pensamento da criança, mas, sim, uma oportunidade de aprendizagem para ambos.

Percebe-se que a escola e sala de aula são espaços de constantes tomadas de decisões, mas espera-se que os alunos e alunas (estagiários) tenham construído bases teóricas e práticas para que, na lida com as crianças, em suas diferentes infâncias, as decisões não se materializem pautadas em conceitos ainda malformados ou totalmente deformados (os preconceitos). Consideramos esses aspectos basilares para o trabalho pedagógico e que, portanto, deverão ser aprofundados e melhor compreendidos e, espera-se, ampliados, no período de estágio curricular obrigatório. Mas somos sabedores de que também não são suficientes.

Essa constatação reacende o alerta de Gatti (2009) sobre as deficiências dos cursos de formação de professores quando se trata das relações professor-criança e das metodologias que favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem.

Por isso, destacam-se, para a realização do estágio e, posteriormente, para o exercício profissional da docência na Educação Infantil, outros aspectos que não podem ser desconsiderados ou negligenciados no momento do planejamento da ação prática e reflexiva envolvida na concretização da atividade formativa – foco deste nosso texto: o estágio supervisionado em Educação Infantil. Destacaremos alguns desses aspectos, com a ressalva de que não são únicos, nem mais e nem menos importantes que outros, mas que são fundamentais para que alunos e alunas (estagiários) vivenciem as escolas. Não temos a ambição ou ilusão de falar tudo ou sobre tudo, pois isso seria, a nosso ver, impossível de se tratar nos moldes deste texto, além de que muito já há produzido e publicado na área de educação. Assim, destacamos:

a) O conhecimento da realidade política e educacional do país, bem como de outros países, para possibilitar, inclusive, análises comparativas: o aluno e a aluna em processo de formação não podem ficar ausentes ou alheios às discussões e problemas e soluções, políticos e práticos, que envolvem a educação brasileira e de outros países. Assim, mesmo com as disciplinas ministradas separadamente, o percurso deve possibilitar ao futuro docente um conhecimento profundo da realidade educacional, em seus diferentes aspectos: o direito do cidadão e cidadã à educação; os aspectos relacionados às garantias desses direitos, materializados em políticas de financiamento que possibilitem o atendimento, com qualidade, para todos; os mecanismos de gestão escolar; as teorias pedagógicas já produzidas e teorizadas pelos pesquisadores; a realidade política local etc.;

b) O conhecimento da estrutura e organização da educação, em âmbito nacional e local: como adentrar a escola sem saber como se organiza e se estrutura e quais os principais aspectos legais que devem orientar as práticas pedagógicas e a gestão (administrativa, pedagógica, financeira) escolar? Como pensar e ser criativo, desconsiderando as possibilidades de criação, mas também os impeditivos, as amarras e entraves que precisam ser superados? O educador e a educadora de crianças pequenas jamais poderão ser sujeitos alheios à organização, gestão e análises dos resultados de seu trabalho individual e coletivo na escola;

c) O conhecimento da realidade da escola e da comunidade onde a escola está inserida e que será o campo de atuação do estagiário, aprendiz de docente: esse conhecimento é fundamental para o desenvolvimento de sua proposta de trabalho e para compreender os aspectos que observará durante a sua estadia na escola e para os quais terá que produzir análises e reflexões, com ou sem proposições. A análise da escola e do contexto escolar poderá ser o primeiro processo do estágio, mas essa observação não poderá ser posterior ao período do estágio. Tudo o que o estagiário ou estagiária poderá aprofundar e melhorar enquanto ação-reflexão-ação, e que deverá ocorrer durante o estágio, poderá ser prejudicado pelo desconhecimento e pela não análise e reflexão do contexto em que as práticas são desenvolvidas;

d) O conhecimento sobre quem são os sujeitos da ação pedagógica na etapa da Educação Infantil: é necessário ter a mais aproximada compreensão da concepção de criança que deverá orientar o trabalho pedagógico. Hoje, temos muitas pesquisas produzidas que ajudam a definir esse sujeito criança e suas idiossincrasias. Destacamos Kramer (2006, p. 17), quando chama a atenção para a necessidade, de fato, de o professor conhecer a infância e as crianças de forma que “o humano continue sendo sujeito crítico da história que ele produz (que o produz)”. Ainda cabe ressaltar que a Resolução 05/2009-CNE/CEB, no artigo 4º, já resume interessante conceito a ser observado e compreendido para o planejamento da proposta das práticas de estágio. Tal conceito deve ser observado,

conforme a citada Resolução, nas propostas pedagógicas para as crianças de Educação Infantil, pois elas devem ser o centro do planejamento curricular.

[...] é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, Art. 4º)

Assim, é essa criança que a escola e sua proposta precisam considerar e, de igual modo, a universidade precisa formar um profissional que considere essa criança.

e) Conhecimentos didáticos e curriculares voltados para o trabalho pedagógico, educativo e de cuidados com as crianças em sua primeira infância (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, faixa etária de zero a cinco anos e 11 meses): tais conhecimentos devem ser construídos em momentos de interação entre teoria e prática, durante os momentos que antecedem o estágio, nas diversas disciplinas do curso.

Na contraposição à fragmentação, na busca de uma prática mais orgânica e rica, aparece a importância de construir e instaurar o diálogo e trocas intensas entre os professores do curso, no sentido de construirmos e consolidarmos a indissociabilidade entre as disciplinas. Pensando e encaminhando práticas junto aos estudantes de aproximação as realidades educacionais durante toda a trajetória do curso nas diferentes disciplinas. Neste sentido ter em conta a importância de privilegiarmos os contextos educacionais públicos e suas diferenças sociais, culturais, geográficos etc. durante toda a trajetória do curso nas diferentes disciplinas. (AGOSTINHO, 2016, p. 54)

Cerisara *et al* (2002, s/p) consideram que a participação do estagiário no campo de estágio, a escola, também o ajudará a levantar questões como: “Que espaços/tempos dispomos para pensarem sobre seus próprios saberes, testarem suas hipóteses sobre o fogo, a água, a terra e o ar? Que espaços e tempos os adultos têm para observar, registrar, refletir e compreender as crianças pequenas?”

Entendemos como importantes, ainda, os conhecimentos do campo da Psicologia relativos aos processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil (físico, motor, emocional, afetivo, cognitivo, social) e aos processos culturais implicados; o conhecimento sobre as diretrizes que orientam o trabalho pedagógico na educação infantil, no sentido de saber o que deve e precisa ser valorizado nesse momento da vida da criança, tanto de modo amplo, considerando o seu momento e a sua idade, quanto de modo específico, considerando o espaço escolar, com suas possibilidades e limitações; o conhecimento sobre os campos de experiências (o eu, o outro e nós: corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2017); os conhecimentos do meio social e ambiental, político, cultural, que partem dos saberes das crianças, dos conhecimentos e da cultura particular da comunidade da criança, mas que serão ampliados com a produção da humanidade (social, artística, científica, tecnológica, cultural, humanística etc.); o conhecimento sobre planejamento, avaliação e registros, sendo esses últimos a documentação pedagógica, tão necessária para a retroalimentação do planejamento e para a

avaliação; e, ainda, mas não finalmente, é preciso conhecimento capaz de ser objetivado para que, conforme definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009), o projeto pedagógico da escola garanta, como eixos orientadores de suas ações pedagógicas, as interações e brincadeiras. Para Bezerra, Santos e Pacífico (2017, 169-170), “As interações favorecem o desenvolvimento de novos saberes, novas formas de aproximação e envolvimento em que todos ganharão, inovando e ampliando a prática [...]” Se a criança é o centro do planejamento curricular, as interações e brincadeiras estão presentes, pois interagir e brincar é quase tudo o que a criança precisa para o seu desenvolvimento integral, em especial, na faixa etária de zero a cinco anos. Com isso, o espaço do brincar, as brincadeiras, os brinquedos e o conhecimento sobre os brinquedos são muito importantes para os futuros professor e professora da educação infantil.

f) Conhecimentos, visão crítica, o mais distante possível do conhecimento de senso comum, sobre diferenças (gênero, etnia, raça) e deficiências sem os quais o futuro pedagogo ou pedagoga terá muita dificuldade para atuar e tomar decisões pedagógicas que, a depender da situação, poderá vir a ser: a intervenção, não intervir, problematizar, criar outros dilemas, com o apoio dos brinquedos e brincadeiras, a partir dos dilemas presentes na própria ação pedagógica e no cotidiano escolar;

g) Conhecimentos instrumental e crítico sobre as tecnologias (analógicas ou digitais) e sua utilização pedagógica com crianças menores, pois ideias radicais sobre a presença da tecnologia em sala de aula não contribuem nem com a criança nem com o crescimento profissional docente. É preciso conhecer as tecnologias para criar situações pedagógicas em que elas se façam presentes, técnica e criticamente;

h) Conhecimento sobre a infraestrutura necessária, sobre a organização do espaço pedagógico da escola e sala de aula e sobre materiais: são conhecimentos imprescindíveis sem os quais os estagiários não terão conteúdo para as suas reflexões e ações pedagógicas e interventivas. Temos que pensar, por exemplo: “Que espaços/tempos organizamos para as crianças dormirem? Que espaços/tempos oferecemos para elas brincarem?” (CERISARA et al, 2002) E, ainda, que espaços/tempos e materiais a escola disponibiliza e como os organizamos para as crianças brincarem e interagirem: com as crianças, com as professoras, com os demais adultos, com outras famílias, com o ambiente escolar? Que espaços/tempos e materiais organizamos para as crianças ampliarem o conhecimento sobre os seres do ambiente: insetos, plantas, animais etc.?

Esses são, portanto, alguns aspectos fundamentais que devem ser considerados e aprofundados no período de formação, sem os quais a atuação do estagiário ou estagiária estará empobrecida e a mesmice será o carro chefe da ação pedagógica do estagiário/estagiária de hoje e do docente de amanhã.

Considerações finais

Este artigo buscou identificar as contribuições do estágio curricular supervisionado em Educação Infantil para a formação do licenciado em Pedagogia e objetivou apresentar reflexões produzidas sobre o desenvolvimento do Estágio Supervisionado na Educação Infantil, realizado no âmbito do curso de licenciatura em Pedagogia de uma Universidade pública.

Embora as conquistas legais tenham contribuído muito para a construção de um novo olhar sobre a Educação Infantil, ainda são inúmeros os desafios a serem enfrentados, nos aspectos pedagógicos e políticos, na luta pela construção de uma Pedagogia que, concretamente, considere a infância e suas especificidades.

A partir das leituras dos relatórios, foi possível perceber que o Estágio Supervisionado em Educação Infantil desenvolvido no curso de Pedagogia da Universidade contribuiu, significativamente, para a formação dos estagiários(as), futuros docentes da etapa da Educação Infantil. Foi notório o avanço e amadurecimento dos alunos e das alunas quanto ao planejar tempos-espacos-materiais-atividades, desenvolver e avaliar práticas pedagógicas ao longo do estágio, aspectos explicitados nos relatórios apresentados.

Percebemos que o estágio proporcionou novas experiências, colaborou para a construção da identidade profissional e nos alertou para o fato de que a pesquisa e a reflexão das práticas pedagógicas devem ser uma constante nesse processo.

Referências

AGOSTINHO, Katia A. O estágio na educação infantil no curso de pedagogia: nova configuração, novos desafios e outros nem tão novos assim. *Revista Zero a Seis*. v. 18, n. 33 p. 50-64, Florianópolis, jan-jun 2016, p. 50-64.

BARBOSA, Angela Maria. A Contribuição do Estágio Supervisionado na Formação do Pedagogo. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE. III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. Londrina, 2009.

BARBOSA, M. C. *As especificidades da ação pedagógica com os bebês*. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6670-as-especificidades-da-acao-pedagogica&Itemid=30192>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1 do CNE/CP*, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em pedagogia, licenciatura.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 2 do CNE/CP*, de 01 de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em pedagogia, licenciatura.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.190*, de 4 de abril de 1939. Trata da organização à Faculdade Nacional de Filosofia e institui o curso de pedagogia.

BRASIL. *Lei n. 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. *Lei Nº 11.788*, de 25 de setembro de 2008: dispõe sobre o estágio de estudantes: Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1961.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. *Decreto 6494/77*: dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º. Grau e supletivo e dá outras providências.

BRASIL. *Resolução 05*, de 17 de dezembro de 2009: Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

CERISARA, Ana Beatriz; OLIVEIRA, Alessandra Mara Rotta de; RIVERO, Andréa Simões; BATISTA, Rosa. Partilhando olhares sobre as crianças pequenas: reflexões sobre o estágio na Educação Infantil. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 4, n. 5, p. 12-20, jan. 2002. ISSN 1980-4512. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/11157/10630>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CHISTÉ, Bianca Santos. O que pode a infância na formação docente? In: PACÍFICO, Juracy Machado; PIMENTA, Jussara Santos; CHISTÉ, Bianca dos Santos; NEVES, Josélia Gomes; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto (orgs.). *Docência na Educação Infantil: experiências e práticas em formação continuada*. Jundiaí [SP]: Paco, 2018. p. 49-55.

CONSELHO Federal de Educação. *Parecer Número 292*, de 14 de novembro de 1962.

FUNDAÇÃO Universidade Federal de Rondônia. *Resolução nº 312/CONSEA*, de 02 de julho de 2013. Núcleo de Ciências Humanas. Departamento de Ciências da Educação. Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, 2013.

GUIMARÃES, Daniela. *Relações entre bebê e adultos na creche: o cuidado como ética*. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Daniela; ARENARI, Rachel. Na creche, cuidados corporais, afetividade e dialogia. *Educ. Rev.* vol. 34, Belo Horizonte, 2018, 19-Jul-2018, p. 1-19.

KRAMER, S. *Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a05.pdf>.

MACHADO, Ednéia Maria Azevedo; RODRIGUES, Adriana Lúcia de Oliveira. In: PACÍFICO, Juracy Machado; PIMENTA, Jussara Santos; CHISTÉ, Bianca dos Santos; NEVES, Josélia Gomes; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto (Orgs.). *Docência na Educação Infantil: experiências e práticas em formação continuada*. Jundiaí [SP]: Paco, 2018. p. 57-65.

OLIVEIRA, Z. M. R. *O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes Nacionais?* In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2DT1lo6>>. Acesso em 10 ago. 2019.

BEZERRA, Ezenice Costa de Freitas; SANTOS, Telma Cristina Martins dos; PACÍFICO, Juracy Machado. Oralidade e a linguagem musical: encontros e desencontros na educação infantil. *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, [S.l.], v. 4, n. 9, p. 159-176, dez. 2017. ISSN-2359-2087. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2959/2149>>. Acesso em: 02 maio 2019. Doi: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2017.2959>.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**: questões e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RINALDI, CARLA. *Diálogos com Reggio Emilia*: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Recebido em: 07/07/2019

Aprovado em: 14/04/2020